

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 05/08/2014 - Edição 1094

Piso Nacional dos Vigilantes: Esta luta também é sua!



Vigilantes de todo o país participaram da primeira audiência pública da Comissão Especial, criada para debater o Piso Nacional na Câmara dos Deputados. Nelson Pellegrino, relator do PL, já declarou apoio à categoria.

Após conquistar avanços significativos para a categoria de vigilantes, sendo a mais recente a garantia do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) deu início, em junho passado, à Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil. O movimento é resposta ao anseio da categoria de ter seu trabalho devidamente reconhecido e remunerado, e tem levado ao debate aquilo que os trabalhadores decidiram.

Assim como outras batalhas já travadas pela categoria, a conquista do piso de R\$ 3 mil exigirá esforço, dedicação e, principalmente, unidade. Isto porque o Projeto de Lei (PL) 4238/2012, que trata sobre o assunto, estipula salários que podem variar entre R\$ 800, R\$ 900 e R\$ 1.100, dependendo do grau de risco a que o vigilante está exposto. O PL é de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e apresenta este conceito, que é contestado pela CNTV.

A Confederação entende que não existem faixas específicas de perigo. “Todos os trabalhadores correm

risco de vida e sofrem pressões internas e externas que impactam na sua saúde e segurança. Os trabalhadores morrem em qualquer lugar, seja em uma escolinha infantil, em um banco ou em um carro-forte”, explicou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Para ele, a periculosidade é a mesma e o salário base deve ser unificado nacionalmente. O princípio do Piso Nacional e sem escala de risco conta, inclusive, com a manifestação favorável do patronato. Durante a mesma audiência pública, o presidente da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Odair Conceição, apresentou um estudo mostrando as pequenas variações entre a média dos salários pagos atualmente. Para ele, é possível que os valores pagos de norte a sul do país sejam padronizados.

Para Boaventura, esta é uma oportunidade para negociar uma proposta que atenda aos interesses dos vigilantes. Segundo ele, os trabalhadores do setor já são experimentados em queda de braço e a negociação do valor é que vai estar em jogo. “Esta será uma briga para definir valores. Sobre o conceito de piso nacional, até os patrões já concordaram que é necessário ser implementado”, afirmou Boaventura.

Este é um dos motivos pelos quais o relator do PL, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), defende uma ampla discussão sobre o assunto. Outro motivo é a existência de mais de 100 apensos abordando temas relacionados à remuneração dos vigilantes e à segurança privada, bancária, entre outros.



Para o secretário de Finanças da CNTV, Jervalino Bispo, “esta é a forma que temos de unificar os salários dos trabalhadores em um valor maior do que o existente e valorizar a categoria por igual a nível nacional, pois mesmo nas regiões sul e sudeste do país, que são os lugares considerados mais ricos, os pisos não são os maiores da categoria. Somente com piso nacional podemos tratar toda a categoria como igual”.

Por que R\$ 3 mil?

O valor de R\$ 3 mil está contido no plano de lutas e foi aprovado em outubro de 2013 durante o II Congresso Extraordinário da CNTV. “O salário defendido pelos vigilantes leva em consideração informações sobre salário mínimo fornecidas pelo Dieese, além de



“Vigilante é uma categoria com a mais alta responsabilidade e por isso precisamos ter um piso mínimo nacional unificado”.

acréscimo pelo desgaste físico e mental decorrente da atividade desenvolvida”, explicou Boaventura.

A afirmação sobre o desgaste físico e mental é comprovada por dados. De acordo com pesquisa realizada pela CNTV e Contraf-CUT, em 2013 houve um crescimento de 14% nas mortes relacionadas a bancos em relação ao ano de 2012, sendo que 10% das vítimas eram vigilantes.

Além de mais investimento em segurança por parte dos bancos, os vigilantes cobram também que a lei vigente seja atualizada. “Queremos regras para que possamos de fato preservar a vida das pessoas, preservando a nossa, com condições de oferecer um serviço que seja de qualidade. É óbvio que um piso salarial digno vai trazer mais valorização e mais qualificação para estes profissionais”, disse José Boaventura.

Piso Nacional dos vigilantes, uma luta da classe trabalhadora

Ações que têm como objetivo a valorização de uma categoria, seja qual for, não devem ser apenas internas, somente dos que possuem interesse direto. Ter esta consciência é, segundo o secretário de Relações Intersindicais da CNTV e membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Roberto Miguel de Oliveira, um item fundamental na construção de campanhas vitoriosas em benefício dos trabalhadores.

“Uma das bandeiras da CUT é a luta pela educação, e sempre ouvimos que a defesa não deve partir apenas dos profissionais deste ramo. A mesma coisa sobre a saúde: a luta por tudo o que diz respeito a esta área não pode ser apenas desta categoria, mas de todos. Digo o mesmo sobre a valorização dos vigilantes.

Garantir qualidade de vida e remuneração justa não deve ser uma luta só nossa, mas de toda a CUT, de todos os trabalhadores”, defendeu.

Segundo Roberto Miguel, é função também da CUT fazer com que outras categorias se engajem nesta nova batalha. “A CNTV é filiada à CUT e representa os vigilantes na estrutura da Central. A luta pelo piso nacional não é, portanto, uma luta que interessa somente a um sindicato, federação ou confederação, mas aos trabalhadores de modo geral. Por isso, a CUT deve se engajar na organização neste novo embate, que certamente terá como desfecho a vitória não só dos vigilantes, mas de toda a classe trabalhadora brasileira”, enfatizou.

Parlamentares manifestam apoio à nova campanha dos vigilantes

Parlamentares que já possuem longa história de parceria com os trabalhadores brasileiros já declararam total apoio à luta da categoria pelo piso nacional de R\$ 3 mil. O deputado distrital Chico Vigilante (PT/DF) e os deputados federais Erika Kokay (PT/DF), Eudes Xavier (PT/CE) e Nelson Pellegrino (PT/BA) estão juntos com a categoria neste novo embate.



“Nós estamos iniciando uma grande luta. É a luta pelo piso nacional dos vigilantes. Hoje nós temos 27 Estados, contando com o DF, e 27 salários. Vigilante é uma categoria com a mais alta responsabilidade e por isso precisamos ter um piso mínimo nacional unificado. A nossa luta

pelo piso de R\$ 3 mil é uma luta real, verdadeira, e que está sendo desenvolvida também no Congresso Nacional, mas precisamos da ajuda de toda a sociedade, especialmente dos vigilantes”. (Chico Vigilante)

“A definição de um piso nacional é imprescindível para a valorização da categoria, que vive uma discriminação de remuneração salarial. Um dos pontos fundamentais na discussão é a



consolidação de um estatuto da segurança privada que inclua diretrizes sobre a jornada, remuneração e formação continuada desses profissionais. Ou seja, mecanismos que assegurem os direitos destes trabalhadores”. (Erika Kokay)

'Expedição Alagoas' mostra o medo causado pelo novo 'cangaço'



Com mais de 1000 km rodados até agora, nesta segunda-feira, 04, a Expedição Alagoas foi até a cidade de Craíbas para conhecer o cenário onde ocorre o que muitos chamam de “Novo Cangaço”.

Assim como os grupos do cangaceiro Lampião, as quadrilhas do “Novo Cangaço” chegam à cidade em grande número, fortemente armados, fecham as principais vias do município, explodem as agências bancárias e fogem sem serem incomodados pela polícia.

É fácil perceber o quanto a violência intimidou os craibenses, ao serem informados que a reportagem é sobre a onda de assaltos, poucos se sentem confortáveis para conversar sobre o assunto. Temem represálias.

Com mais de 20 mil habitantes, segundo os moradores da cidade, Craíbas conta com um efetivo de cinco policiais militares. E a delegacia só funciona uma vez por semana.

A reportagem tentou conversar com os policiais, mas eles informaram que não estavam autorizados a conceder entrevista.

Sobre a atuação da polícia, o aposentado José Bezerra resume



De janeiro a julho deste ano, Alagoas registrou 35 casos envolvendo bancos, pelo “Novo Cangaço”

“A polícia só aparece depois que os ladrões vão embora. Eu também faria o mesmo, como que cinco policiais vão dar conta de vinte homens fortemente armados”, disse Bezerra.

Uma solução apontada por parte dos cidadãos é aumentar o número de policiais da cidade e criar um sistema de vigilância eletrônica através de câmeras de segurança, que apesar de não impedirem a atuação dos bandidos, pelo menos registram os passos dos mesmos.

Somente este ano a agência do Banco do Brasil, do Bradesco e dos Correios já foram assaltadas duas vezes cada uma. No último assalto à agência dos Correios, um dos moradores que estava presente no momento do assalto relembra a ousadia dos bandidos, “Antes de sair eles disseram que depois iam voltar para assaltar novamente”

Mais de três meses após o último assalto os caixas eletrônicos da agência do Banco do Brasil ainda não estão funcionando por causa da falta

de um estabilizador de energia.

Com isso, os moradores de Craíbas reclamam que muitas vezes tem que se deslocar cerca de 25 km até a cidade de Arapiraca para realizar uma operação bancária.

Com a falta de caixas eletrônicos nos bancos, o serviço de atendimento fica sobrecarregado, logo, grandes filas se formam. Como alternativa os moradores procuram a agência dos Correios para realizar depósitos e saques, mas a situação por lá não é diferente.

“É um absurdo, uma tremenda falta de respeito com o cidadão. As pessoas chegam aqui cinco horas da manhã e muitas vezes já tem fila, a pessoa perde uma manhã inteira para fazer um simples saque ou pagamento, isso quando tem dinheiro, porque o carro forte só vem aqui abastecer três vezes por semana” desabofou a comerciante Juciara Correia.

Fonte: Uol

Dilma Rousseff vai reforçar as políticas sociais

expresso-da-noticia.blogspot.com



No dia em que participou de três eventos oficiais na Bahia, a presidenta Dilma Rousseff exaltou as políticas sociais do governo.

Um dos grandes marcos dos governos do PT e de seus aliados foi a implantação de uma rede de políticas de proteção e inclusão social. Estas medidas tornaram o Brasil um país verdadeiramente de 200 milhões de cidadãos, resgatando, desde 2003, 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Somente entre 2011 e 2013, com o Plano Brasil Sem Miséria, foram mais de 22 milhões de pessoas. O objetivo para a próxima gestão é garantir a superação da extrema pobreza no Brasil, sob o critério de renda.

“Nós, de fato, reduzimos a desigualdade. Não reduzimos tirando de ninguém, reduzimos aumentando o crescimento da renda dos mais pobres”, comentou a presidenta Dilma Rousseff, em maio deste ano, durante a entrega do Prêmio

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM Brasil).

Outra grande marca dos últimos 12 anos foi uma mudança extraordinária no perfil da sociedade brasileira, com a ascensão de 42 milhões de brasileiros à classe média. Isso resultou em uma mudança na base da pirâmide social, conhecida antes de 2003, que concentrava 54,9% da população (classes D e E) e a classe média (C) representava apenas 37%.

Hoje, a maioria dos brasileiros está situada no meio da pirâmide, com 55% da população na classe média. As classes D e E agora representam apenas 25% do total.

A decisão de dar centralidade ao combate à pobreza e à miséria, e de fazer política econômica sem suprimir direitos, levou o Brasil a

fazer o caminho oposto ao dos países desenvolvidos. Alcançados pela crise financeira iniciada em 2008, esses países usaram os mecanismos tradicionais de política neoliberal – desemprego e redução de salário e de direitos trabalhistas – para combatê-la.

A candidata Dilma Rousseff pretende dar continuidade a esse trabalho no segundo mandato, para que o Brasil seja uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de estudar, trabalhar, de cuidar da sua saúde, ter casa para morar, condições dignas de viver nas cidades e no campo. Um dos principais objetivos do segundo mandato será dar proteção às famílias.

Fonte: Vermelho

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF